



II IPTMU - Encontro sobre Impactos Potenciais
de Desastres Naturais em Infraestruturas de
Transporte e Mobilidade Urbana.
São José dos Campos, Brasil – 04 a 06 de
Outubro de 2016



CARTOGRAFIA SOCIAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRAL

Rosa Sousa Santos (1)
Felipe Sene Santos (2)
Graziela Oliveira (3)
Raissa Campos (4)

1. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rosasousant@gmail.com
2. E.E.E.I. Profª Ilza Irma M. Coppio. E-mail: lipesene@hotmail.com
3. E.E.E.I. Profª Ilza Irma M. Coppio. E-mail: grazielamaria7@gmail.com
4. E.E.E.I. Profª Ilza Irma M. Coppio. E-mail: camposraissa15@gmail.com

RESUMO

O processo de ocupação da Vila Sinhá, região norte da cidade de São José dos Campos, SP apresentou diversas fragilidades e impactos ambientais. As ações de Cartografia Social desenvolvidas no Ensino Médio Integral podem viabilizar mecanismos para percepção dos problemas, utilizando a metodologia participativa que abre um leque de possibilidades de transformações locais.

Palavras Chave: Educação Ambiental, Mobilidade Urbana, Ensino Médio Integral, Cartografia Social.

ABSTRACT

The occupation process of Vila Sinha, north region of the city of São José dos Campos/SP presented various fragilities and environmental impacts. The Social Cartography actions developed at Fulltime High School may enable mechanisms for local problems perception through participative methodologies that opens ways for possibilities and local transformation.

Keywords: Environmental Education, Urban Mobility, Fulltime High School, Social Cartography.

1. Introdução

A Educação Brasileira vem passando por diversas transformações desde a Constituição Federal de 1988. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases, apontou em 1996, no seu artigo II a preocupação com uma educação que dialogue com os diversos setores da sociedade e desenvolva competências para o exercício da cidadania. Em 2007, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que tem como objetivo melhorar todas as etapas da educação básica e ampliar a educação em tempo integral. Nesse contexto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em 2011, instituiu o Programa de Educação Integral e em 2013, a proposta foi implantada na Escola Estadual Prof.^a Ilza Irma Moeller Coppio, e tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento integral de indivíduos e seus territórios. A partir da ideia de Sorrentino (2005) que aponta a educação ambiental como possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita, a proposta pretende identificar através da cartografia social as relações estabelecidas no território por uma comunidade que precisa perceber os problemas da ocupação desordenada em área de risco.

2. Desenvolvimento

Para desenvolver esse trabalho partimos da premissa que o processo de ensino e aprendizagem deve valorizar metodologias participativas estimulando a compreensão de valores coletivos e responsabilidade com o lugar onde vivemos. O trabalho de campo oportuniza a percepção e análise da produção do espaço, investigando o processo de transformação da paisagem e a falta de infraestrutura urbana. O mapeamento é vivenciado pelos estudantes que fazem todos os dias esse percurso, mas na maioria das vezes não questionam os problemas de infraestrutura, acessibilidade e ocupação em área de risco. Através do diagnóstico participativo verificamos que existe um grande problema em relação a drenagem das águas pluviais e do lixo que é jogado nas encostas e no período das chuvas potencializa os riscos e vulnerabilidade da população. Foi possível perceber a preocupação dos estudantes com os deslizamentos que impactam negativamente na vida das pessoas e provocam consequências graves como o bloqueio das vias públicas e impactos ambientais, tornando a paisagem urbana vulnerável a novas ocorrências. A consciência que o problema está associado à ausência de políticas públicas para a população de baixa renda ainda é um desafio.

3. Conclusão

Uma das estratégias do Programa Ensino Médio Integral é estimular o protagonismo juvenil que potencializa a participação dos estudantes em processos de transformação local, uma vez que possibilita a postura responsável que vai interferir nas relações entre os estudantes e a comunidade e conseqüentemente na valorização da cidadania ambiental. A metodologia participativa abre um leque de possibilidades de diferentes vivências para o exercício da cidadania como orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais, que aponta para a necessidade de que “a Educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios Democráticos” BRASIL, 1999. Assim, é possível perceber que existe problemas complexos no entorno da escola que vão impactar na qualidade de vida da população, mas o acesso à Educação Pública de Qualidade proporciona o enfrentamento desses problemas na medida que garante a construção de conhecimentos que pode contribuir para transformar atitudes que vão mudar essa realidade.

Referencias Bibliográficas

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MEC. **Manual Escolas Sustentáveis.** Disponível em < http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf>. Acesso em 05/06/2016.

SORRENTINO Marcos. **Educação Ambiental como política pública.** Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> > Acesso em 05/12/2015. TRAVASSOS, Edson Gomes. **A prática da educação ambiental nas escolas.** Porto Alegre: Mediação, 2006